

A Política Educacional como disciplina: revisão de literatura

Gregory Luis Rolim Rosa

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

rolimg7@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1545-5089>

Rose Meri Trojan

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

rosetrojan@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7619-5508>

Resumo: As pesquisas que tomam como objeto de estudo a disciplina Política Educacional têm ganhado cada vez mais espaço no campo de pesquisa. Com a finalidade de apresentar e salientar a importância desses estudos, este artigo, de caráter descritivo, a partir de um levantamento bibliográfico nas bases de dados do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Biblioteca Temática da *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), considerando 35 trabalhos encontrados, apresenta a gama de pesquisas sobre o tema e os caracteriza de acordo com o foco de análise. Considerada uma temática ainda recente e expandida a partir da década de 2010, conclui-se que as análises sobre a disciplina Política Educacional e correlatas possui uma diversidade, sendo a sua maioria com foco na estrutura curricular da disciplina (ementa, carga horária, bibliografia, cursos que a contemplam). Salienta-se que este trabalho intenciona servir de norte para análises que contemplem a disciplina em seus aspectos teóricos e epistemológicos, de modo a enriquecer o debate sobre o fortalecimento e a consolidação do campo da Política Educacional.

Palavras-chave: Disciplina Política Educacional. Estudos sobre a Política Educacional. Campo da Política Educacional. Formação de pesquisadores em Política Educacional. Pesquisa em Política Educacional.

Education Policy as subject: literature review

Abstract: Research that takes as object of study the discipline Education Policy has gained more and more space in the field of research. With the purpose of presenting and emphasizing the importance of these studies, this paper, of descriptive character, based on a bibliographic survey in the Thesis and Dissertation Database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (known as BDTD), the Thematic Library of the Network of Theoretical and Epistemological Studies in Educational Policy (ReLePe), considering 35 works found, presents the range of research on the theme and characterizes them according to the focus of analysis. Considered a still recent and expanded theme from the decade of 2010, we concluded that the analysis on the subject of Education Policy and correlates has a diversity, with the majority focusing on the curricular structure of the subject (syllabus, timetable, bibliography, courses they contemplate). We also point out that this work intends to serve as a basis for analyzes that contemplate the discipline in its theoretical and epistemological aspects, enriching the debate on strengthening and consolidating the field of Education Policy.

Keywords: Education Policy Discipline. Studies on Education Policy. Field of Education Policy. Training of researchers in Education Policy. Research in Education Policy.

La Política Educativa como asignatura

Resumen: Las investigaciones que toman como objeto de estudio la disciplina Política Educacional, han ganado cada vez más espacio en el campo de investigación. Con el fin de presentar y resaltar la importancia de estos estudios, este artículo de carácter descriptivo, a partir de un relevamiento bibliográfico en las bases de datos del Banco de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES), de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD), Biblioteca (ReLePe), y considerando 35 trabajos encontrados, presenta la gama de investigaciones sobre el tema y los caracteriza de acuerdo con el foco de análisis. En el marco de la reforma de la política educativa y de las políticas, se considera una temática aún reciente y ampliada a partir de la década de 2010, concluyendo que los análisis sobre la disciplina política educativa y correlatos poseen una diversidad siendo su mayoría centrada en la estructura curricular de la disciplina (carta, carga horaria, bibliografía, cursos que función). Destacamos también que, este trabajo pretende servir de norte para análisis que contemplen la disciplina en sus aspectos teóricos y epistemológicos, enriqueciendo el debate sobre el fortalecimiento y la consolidación del campo de la Política Educativa.

Palabras clave: Disciplina Política Educativa. Estudios sobre la Política Educativa. Campo de la Política Educativa. Formación de investigadores en Política Educativa. Búsqueda en Política Educativa.

Introdução

A disciplina Política Educacional e suas correlatas têm sido objeto de estudos daqueles que se debruçam sobre o ensino e a formação de pesquisadores no campo da política educacional. Destacamos, a partir dos estudos de Stremel (2016) e Stremel e Mainardes (2015a; 2015b), que os estudos relacionados à disciplina de Política Educacional ainda são recentes e vêm sendo fortalecidos e ampliados por meio das discussões promovidas por associações específicas e redes de pesquisa no campo, em especial a *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), criada a partir da “[...] constatação da pouca literatura latino-americana sobre questões teóricas relacionadas à pesquisa em política educacional” (STREMEL, 2016, p. 141).

A Relepe possui oito eixos de pesquisa: a) Problemáticas e limitações no desenvolvimento da pesquisa em Política Educacional; b) Enfoques e perspectivas epistemológicas em Política Educacional; c) Metodologias para a análise de Políticas Educacionais; d) História do campo da Política Educacional; e) Investigação analítica de autores de referência em Política Educacional; f) Produção de conhecimento e tomada de decisões em perspectiva epistemológica; g) Epistemologia, Política Educacional e realidade latino-americana; h) Ensino de Política Educacional e formação de pesquisadores para este campo. Mainardes, Stremel e Soares (2018) apontam que o último eixo vem alcançando um significativo desenvolvimento a partir da Relepe. Um exemplo disso são os estudos desta revisão de literatura e os trabalhos sobre a formação de pesquisadores para o campo da Política Educacional (TELLO, 2015; GOROSTIAGA, 2017; MAINARDES; STREMEL, 2017, 2019).

Tomar um componente curricular como objeto de estudo, caracterizá-lo historicamente a partir de seus determinantes históricos, e reconhecer seus fundamentos teóricos e epistemológicos possibilitam apreender as tendências educacionais, o foco do ensino e de formação exigidos e elencados como prioritários pela sociedade no contexto de surgimento, em suas reformulações e tendências futuras.

Pesquisar sobre as disciplinas que compõem o rol de ensino da Política Educacional leva a reconhecer a importância da contextualização histórica dessas disciplinas. Nesse ínterim,

ênfatisar as disciplinas de Administração Escolar e considerar a Estrutura e o Funcionamento do Ensino como gênese da disciplina Política Educacional tornam-se ponto de partida e fatores imprescindíveis ao pesquisador que tomar como objeto de estudo os componentes que abarcam o ensino e a análise das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. Tais considerações são determinadas pelo reconhecimento das pesquisas que se colocam atualmente no campo da Política Educacional e que tem como foco o ensino, a estrutura curricular e a formação dos futuros docentes e pesquisadores no campo de pertencimento.

É a partir dessas considerações que se justifica esta pesquisa. Considerando a rica contribuição do eixo *Enseñanza de la Política Educativa y Formación de Investigadores del campo*, da biblioteca temática da ReLePe, do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), analisamos e organizamos os trabalhos que tomam a disciplina Política Educacional como objeto de estudo. Ao objetivar apreender o que se tem pesquisado sobre a temática, este estudo em caráter descritivo, pretende servir de norte e base para os futuros pesquisadores em políticas educacionais, fomentando análises teórico-metodológicas e epistemológicas sobre a disciplina na qualidade de espaço formador.

A gênese da disciplina Política Educacional: a Estrutura e Funcionamento como norte e sua contribuição histórica

A disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino foi criada por meio da Resolução N° 2/1969 e da Resolução N° 9/1969, as quais estabeleceram a duração mínima dos cursos para a formação em nível de licenciatura, bem como os conteúdos a serem lecionados na disciplina (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). Ao analisarem a disciplina, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) ressaltam que a legislação é o eixo básico da disciplina, que tem como foco os textos e os documentos legais, não estabelecendo relação entre a escola e a organização do ensino. Em relação à organização do ensino escolar, “[...] privilegia-se a descrição dos órgãos e seu funcionamento, bem como a análise de seus componentes administrativos e curriculares, por meio dos textos legais – leis, decretos, resoluções, pareceres, indicações e outros” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 50).

Destacamos que, atualmente, são várias as denominações dadas à disciplina nos cursos de Pedagogia e Licenciatura, sendo as mais comuns: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira, Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012), sem esquecer que, em alguns cursos e instituições, ela foi substituída por Política Educacional.

A oferta da disciplina ocorre, de modo geral, no segundo ou terceiro ano dos cursos de Pedagogia, com carga horária que varia entre 60 e 128 horas, em regime semestral ou anual. Em relação às demais licenciaturas, existe mais variabilidade. Em grande parte das instituições, mantém-se a mesma carga horária dos cursos de Pedagogia, mas, em alguns casos, é menor. Também sofre alteração o período de oferta, que varia de instituição para instituição, podendo ser oferecida em qualquer um dos quatro anos de formação (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; ROSA, 2016).

Em relação ao conteúdo da disciplina, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) destacam que ele pode assumir três abordagens distintas: a) predominantemente legalista, formalista e acrítica; b) predominantemente político-ideológica; e c) histórico-crítica. De acordo com os autores, tais abordagens são “[...] profundamente influenciadas por contextos e tendências históricas diferentes na produção do conhecimento sobre a educação brasileira e por

posicionamentos/formações bastante diversificadas dos professores” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 51).

Na abordagem legalista, formalista e acrítica, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 51), a ênfase fica restrita à análise sistêmica e funcional dos documentos legais, “[...] o estudo torna-se árido e insípido e aversivo” para os estudantes. Na abordagem político-ideológica, a disciplina dá ênfase a textos críticos, em detrimento dos documentos legais que, de forma parcial e partidária, “[...] procura-se mostrar o real com base em uma postura e visão político-ideológica” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 51). Na abordagem histórico-crítica, prioriza-se a correlação entre os textos legais utilizados como referencial para análise da organização escolar; e os textos críticos, utilizados para refletir sobre o aparato legal da Educação (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). De acordo com Saviani (1980, p. 134), a partir dessa concepção: “Para se compreender o real significado da legislação, não basta ater-se à letra da lei; é preciso captar seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso examinar o contexto. Não basta ler as linhas; é necessário ler nas entrelinhas”.

Ainda sobre as questões metodológicas da disciplina, Monteiro (1995 *apud* LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012) destaca, em seu Curso de Estrutura e Funcionamento do Ensino, que o conteúdo deve possibilitar a articulação de três elementos:

- a) visão oficial – conhecimento da legislação educacional, programas, planos de governo;
- b) visão da realidade – comparação da visão oficial com o que acontece de fato no funcionamento do ensino (cotidiano vivo);
- c) visão crítica – após o conhecimento das anteriores, procede-se à crítica fundamentada para a geração de novos conhecimentos. (MONTEIRO, 1995, *apud* LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 52).

Ao analisar a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino, Oliveira (2000) destaca, como premissa da disciplina, que seu conteúdo possibilite uma formação que leve os futuros docentes a apreender as disputas que ocorrem no âmbito educacional. A pesquisadora sugere ainda que se considerem as relações sociais que se estabelecem em cada contexto histórico, “[...] traduzindo esses desafios e essas reflexões em termos de conteúdos que melhor contribuam para a articulação do desenvolvimento e consolidação de relações verdadeiramente democráticas” (OLIVEIRA, 2000, p. 12). A autora destaca que

[...] a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino, desde a sua criação, é portadora de uma história que se relaciona às formas específicas de organização (estrutural) da sociedade (fatores externos) e dos atores (professores/alunos) que a (re) constroem no tempo e espaço escolares (fatores internos). (OLIVEIRA, 2000, p. 12).

As novas exigências de formação docente culminaram em mudanças na estrutura curricular da disciplina para o ensino de Estrutura e Funcionamento do Ensino ou Política Educacional. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), é perceptível o desenvolvimento da disciplina, alterando a ênfase dada aos conteúdos relacionados à estrutura da escola e focando nos conteúdos relacionados ao funcionamento das instituições. A perspectiva, então restrita ao ensino do aparato legal, modifica-se “[...] em favor da discussão de alternativas para a reconstrução da escola e do sistema educacional brasileiro” (MENDONÇA; LELIS, 1988 *apud* LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 53). De acordo com os autores, a disciplina passa, de modo geral, de uma visão sistêmica/tecnicista para uma visão histórico-crítica, procurando “[...] estabelecer uma reflexão dialética (visão macro, visão micro) acerca da compreensão da organização escolar brasileira, especialmente na relação teórico-prática” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 53).

Cury (2002) enfatiza a relevância da compreensão da estrutura normativa como uma das competências fundamentais à atividade docente consciente e crítica. Para o autor, a apropriação da legislação possibilita a apreensão da realidade política por meio do ordenamento jurídico público, que determina a organização da sociedade e ação cidadã. Distanciar-se ou eximir-se da compreensão jurídica, de acordo com Cury (2002), é optar pela recusa à soberania e a um dos atos característicos que garantem os direitos e deveres dos cidadãos.

Cristofoli (2015, p. 11), ao analisar o ensino da Política Educacional, aponta que o estudo da legislação é visto como um ponto positivo pelos docentes em formação, pois, considerando o contexto histórico, permite “[...] aprender a pesquisar e/ou compreender o conteúdo de um documento legal e demais documentos que norteiam a educação brasileira”.

Em consonância com as mudanças teóricas e metodológicas na disciplina, na redefinição dos conteúdos, influenciadas pelo contexto socioeconômico e político brasileiro, alteram-se, também, as denominações da disciplina, em muitas instituições. Essas alterações decorrem principalmente do processo de redemocratização do país, nos anos de 1980 e 1990, e das reformulações curriculares dos cursos de formação docente. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) assinalam o surgimento de diversas disciplinas com designações diferentes nos cursos de formação docente. Entre elas, destacamos a disciplina Política Educacional que, de acordo com Mainardes, Stremel e Rosa (2017), incorporaram os conteúdos da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de forma mais contextualizada, distanciando-se da abordagem jurídico-legalista.

As pesquisas sobre a disciplina Política Educacional e correlatas

Com base no levantamento bibliográfico realizado e por meio do acesso às bases de dados do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, da BDTD, do SciELO, da Biblioteca Temática da ReLePe, foram identificados 34 trabalhos que discorrem sobre o ensino da disciplina Política Educacional e suas correlatas, conforme mostra o Quadro 1. Os trabalhos encontram-se divididos da seguinte forma: uma Tese, quatro Dissertações, um trabalho de conclusão de curso de Graduação, 15 artigos e 13 trabalhos publicados em anais de evento, dos quais 10 foram apresentados no *I Encuentro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa*, promovido pela ReLePe, em 2015.

Quadro 1 - Trabalhos que abordam a disciplina Política Educacional como temáticas de pesquisa

Tipo de trabalho	Quantidade	Autores
Tese	1	Mendes (2011)
Dissertação	4	Krum (1993); Furtado (1994); Marcos (2000); Rosa (2019)
Trabalho de conclusão de graduação	1	Rosa (2016)
Artigo de Periódico	15	Ferrada, Villena, Del Pino (2018); Flach e Masson (2014); Giovine (2016); Guimarães-Iosif, Limeira e Santos (2018); Mainardes, Stremel e Rosa (2017); Más Rocha, Lizzio e Giménez (2017); Mancebo (2017); Mazza (1994); Santos, Dubock e Santos (1999); Mendes (2018); Miranda (2016); Moreira e Lulianelli (2017); Perão e Lima (2017b); Pronko (2016); Stremel e Mainardes (2015a)

Tipo de trabalho	Quantidade	Autores
Trabalhos completos publicados em anais	14	Oliveira e Toschi (1996); Oliveira (2000); Bonals, Arens e Trujilo, (2015); Costa, Muranaka e Borghi, (2015); Cristofoli (2015); Flach e Masson (2015); Martignoni (2015); Mendes, (2015); Pronko (2015); Romero e García, (2015); Visacovsky (2015); Quiané e López, (2015); Stremel e Mainardes, (2015b); Perão e Lima (2017a)
Total	35	

Fonte: Adaptado de Rosa (2019).

Trabalhos publicados já na década de 1990 servem de ponto de partida para as análises do ensino de Política Educacional (KRUM, 1993; FURTADO, 1994; MAZZA, 1994; OLIVEIRA; TOSCHI, 1996; SANTOS; DUBOCK; SANTOS, 1999; MARCOS, 2000; OLIVEIRA, 2000; MENDES, 2011). Nesse sentido, antes de enfatizarmos as pesquisas atuais, consideramos a necessidade de destaque aos estudos sobre as disciplinas do rol da Estrutura e Funcionamento, componentes ainda presentes nos cursos de formação docente como destacado por Rosa (2016, 2019), e que dão norte às análises atuais sobre a Política Educacional e correlatas.

Krum (1993), Furtado (1994) e Mazza (1994), ao analisarem o ensino das disciplinas Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira e correlatas, destacam o caráter acrítico presente no componente curricular. De acordo com as pesquisas, a disciplina, por imperativos legais, adotou uma visão fragmentada do real, menosprezando a relação Educação-sociedade, limitando-se a uma concepção tendenciosa, ideológica de educação, que impede a formação de uma atitude crítica, indispensável ao educador. Contrapondo-se a isso, os autores destacam a necessidade de que o ensino da disciplina deve partir da promoção de conteúdos e de abordagens que possibilitem a compreensão crítica do real, dos problemas atuais do ensino, da articulação entre Educação e sociedade e da influência das ações do Estado. Ao estruturarem-se de modo a distanciarem-se do enfoque tecnicista e legalista, vislumbrando a apreensão da relação teoria-prática, essas disciplinas contribuem para o desenvolvimento e a formação de professores críticos

Santos, Dubock e Santos (1999) aproximam-se da crítica realizada por Krum (1993), Furtado (1994) e Mazza (1994), ao enfatizarem o caráter tecnocrata das disciplinas de Estrutura e correlatas. Para além disso, as autoras procuram analisar as possibilidades de aproximação dos conteúdos lecionados com a prática docente, rompendo com o caráter jurídico-normativo da disciplina. Consideram o espaço da disciplina como garantidor de uma formação política, ativa e reflexiva do cotidiano docente.

Sobre as propostas de ensino da disciplina de Estrutura e Funcionamento, o trabalho de Oliveira e Toschi (1996) destaca que a sua organização curricular se desenvolve a partir das abordagens legalista, político-ideológica e histórico-crítica. O estudo aponta que tais concepções decorrem das transformações históricas ocorridas no contexto educacional brasileiro, de suas implicações e alterações no objeto de estudo da disciplina. Assinala ainda que, a partir do contexto histórico de realização da pesquisa, a possibilidade de evidenciar-se o avanço na perspectiva que a disciplina dá a escola decorre da análise histórico-crítica das políticas educacionais.

Marcos (2000), ao analisar a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental nos Cursos Normais, buscou, por meio da comparação entre os planos de ensino dos professores e das políticas de ação governamental, apreender as tendências, as abordagens e os enfoques que implicaram na construção curricular da disciplina. De acordo com o autor, a visão reducionista e estereotipada e a estaticidade da disciplina decorrem, em grande parte, da

ausência de políticas que contemplem a disciplina como espaço formativo contínuo, de debate em relação às melhorias da profissão docente e dos demais problemas educacionais.

Oliveira (2000), a partir da sua experiência como docente da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino, evidencia as alterações no componente curricular, a influência das transformações do contexto social, político e econômico brasileiro, acarretando, por exemplo, que a disciplina passasse da abordagem tecnicista do período ditatorial, para uma abordagem histórico-crítica, decorrente da reabertura democrática no final da década de 1980. A partir dos anos de 1990 e anos seguintes, segundo a autora, a disciplina passou a ter papel importante como espaço de debate sobre o projeto neoliberal brasileiro, as disputas pela nova LDB (Lei N° 9.394/1996) e, posteriormente, o Plano Nacional de Educação. Como espaço de compreensão dos embates ideológicos, a disciplina proporciona a apreensão da educação no contexto do neoliberalismo, adquirindo nova nomenclatura e introduzindo o termo Política Educacional em sua denominação.

Em uma pesquisa ampla e que contempla uma diversidade de sujeitos participantes, Mendes (2011) avalia, a partir da perspectiva dos docentes, discentes e egressos dos cursos de formação docente da Universidade Federal do Ceará, a qualidade do ensino-aprendizagem das disciplinas que compõem a área de Estrutura e Funcionamento do Ensino (Estrutura e Funcionamento do Ensino Médio; Estrutura, Política e Gestão; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica). Com o objetivo de comprovar o grau de contribuição das disciplinas para uma formação docente atenta às exigências da sociedade e do desenvolvimento educacional do país, a autora pôde apreender a necessidade de um ensino da disciplina que contemple e vise superar a dicotomia teoria e prática, que esteja voltada à práxis pedagógica, de modo a alinhar as exigências do currículo formal às expectativas dos discentes, em uma carga horária e materiais didáticos adequados a proposta curricular da disciplina.

Foi possível constatar que as pesquisas que focaram na análise curricular das disciplinas de Estrutura e Funcionamento, sinalizaram o perfil engessado de ensino proposto e a tendência tecnocrática adotada. De acordo com os autores, desde o seu surgimento, as disciplinas estiveram limitadas ao caráter jurídico-normativo, centradas no ensino da legislação educação isenta de qualquer análise ou relação com a realidade. Somente a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, as disciplinas passaram a considerar uma formação crítica e de análise do real, compreendendo em seu currículo formal a possibilidade de um ensino que contemplava os embates ideológicos na promoção de políticas educacionais e seus impactos na educação brasileira. Essas alterações, decorrentes da redemocratização no país, de uma nova Constituição Federal (1988) e da nova Lei de Diretrizes e Bases (1996), possibilitaram o surgimento da disciplina Política Educacional e da sua intencionalidade no processo formativo, elementos de destaque nas pesquisas que contemplam esse componente curricular, as quais serão discutidas a seguir.

Caracterização das pesquisas sobre a disciplina Política Educacional

Dos 35 trabalhos que compõem o levantamento bibliográfico, 27 tem como foco a disciplina Política Educacional. Considerando que, para além de pontuar as pesquisas, este estudo objetiva caracterizá-las demonstrando a diversidade das temáticas referente à análise da disciplina, analisamos a organização e a apresentação dos trabalhos em cinco categorias cuja ênfase em determinado foco fica em evidência. Dessa forma, as pesquisas estão organizadas de acordo com: Ênfase nos aspectos curriculares (15); Visão dos discentes sobre a disciplina (4); Análise e reflexão sobre o processo de ensino (6); Aspectos das pesquisas sobre a disciplina (1); Estudo teórico e epistemológico sobre a disciplina (1). O Quadro 2 demonstra como as pesquisas estão distribuídas a partir dessas categorias.

Quadro 2 - Categorização dos estudos sobre a disciplina Política Educacional

Categoria	Pesquisas
Ênfase nos aspectos curriculares	Flach e Masson (2014, 2015); Costa, Muranaka e Borghi (2015); Martignoni (2015); Quiané e López (2015); Romero e García (2015); Stremel e Mainardes (2015a; 2015b); Visacovsky (2015); Giovine (2016); Miranda (2016); Rosa (2016); Perão e Lima (2017a, 2017b); Moreira e Iulianelli (2017)
Visão dos discentes sobre a disciplina	Cristofoli (2015); Mendes (2015); Más Rocha, Lizzio e Giménez (2017); Mendes (2018)
Análise e reflexão sobre o processo de ensino	Bonals, Arens e Trujilo (2015); Pronko (2015, 2016); Mancebo (2017); Ferrada, Villena e del Pino (2018); Guimarães-Iosif, Limeira e Santos (2018).
Aspectos das pesquisas sobre a disciplina	Mainardes, Stremel e Rosa (2017)
Estudo teórico e epistemológico	Rosa (2019)

Fonte: Organizado pelos autores (2019).

Obs: Nesse quadro, não foram incluídos os trabalhos sobre a disciplina Estrutura e Funcionamento.

Ênfase nos aspectos curriculares

Em relação à categoria *Ênfase nos aspectos curriculares*, os 15 trabalhos encontrados discorrem sobre as características das disciplinas nos cursos de formação docente, de modo a enfatizar a carga horária, a bibliografia utilizada, o período do curso em que a disciplina é contemplada.

Flach e Masson (2014, 2015), a partir da análise da disciplina Política Educacional, tendo como alicerce teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, contribuem desvelando as contradições, as relações, os aspectos jurídico-normativos e a interpretação do cotidiano educacional no processo de ensino. Como destaque, as autoras elencam que alguns conteúdos são necessários e indispensáveis para o estudo da disciplina, tais como: a) o estudo das características fundamentais da sociedade capitalista: luta de classes, relações sociais de produção, antagonismo entre capital e trabalho; b) o estudo do papel do Estado na definição das políticas educacionais; c) o campo da política educacional; d) a organização da educação escolar; e e) aspectos legais da educação brasileira. Ao enfatizarem que a disciplina tem como alicerce o ensino de caráter jurídico-normativo, considerando a incumbência do professor pela organização dos conteúdos da disciplina, as autoras identificaram que o caráter legalista da disciplina corresponde à maioria dos docentes não possuem produção científica na área de Políticas Educacionais, o que acarreta a fragilização do ensino e da formação discente.

Costa, Muranaka e Borghi (2015) buscam situar a disciplina de Política Educacional Brasileira (PEB) nos currículos das licenciaturas de uma IES pública do estado de São Paulo. As autoras consideram que a disciplina de PEB é o espaço propício para a formação política dos alunos, levando-os a uma visão contextualizada da realidade e a relação entre escola, sociedade e gênese da sociedade capitalista. Destacam ainda, como imprescindíveis, a articulação entre os docentes e a criação de grupos de pesquisa em relação à disciplina, elaboração de ementa única a todas as licenciaturas, de acordo com as diretrizes curriculares para as licenciaturas.

Martignoni (2015) apresenta e reflete de forma crítica o processo de ensino da disciplina de Política Educacional nos cursos que formam os futuros docentes na área de Geografia. Alicerçada nos pressupostos epistemológicos pós-estruturalista, nos estudos de Michel Foucault e Stephen Ball, a autora propõe a análise dos discursos em uma perspectiva micropolítica, de modo

a superar a visão prescritiva e privilegiar a análise das decisões em nível macropolítico e sua relação com a prática educacional. A pesquisadora visa contribuir para a formação dos futuros docentes e de futuros pesquisadores no campo da política educacional. Dessa forma, seus conteúdos são desenvolvidos de forma a propiciar que os alunos compreendam a relação entre a sociedade, o estado e a educação.

Quiané e López (2015) relatam a experiência na participação da criação e da implantação do curso de Pós-Graduação Maestría en Educación Básica (MEB), o Mestrado em Educação na Universidade Pedagógica Nacional do México. De acordo com os autores, o MEB, como espaço que possibilita a formação de pesquisadores na linha de Políticas Educacionais e, ainda, de acordo com os alunos em formação, permite entender como tem sido construída a reforma educacional no país.

Romero e García (2015) apontam a importância do ensino de políticas na formação de docentes. Com carga horária de 80 horas, dividida em três eixos (Estado, Prática Educacional e Sujeito Pedagógico), visa a formação de sujeitos que se reconheçam como integrantes de um contexto histórico e político cercado de constantes lutas de poder, propiciando o reconhecimento da História como prática social, Política como práxis humana e política educacional como uma disciplina que leva o reconhecimento da institucionalização da educação por parte do Estado.

Ao analisarem a disciplina Política Educacional nos cursos de Pedagogia, Stremel e Mainardes (2015^a, 2015b) destacam aspectos atuais e importantes sobre a disciplina para a formação de professores. A análise dos autores considerou cinco aspectos que compõem o currículo da disciplina: denominação, carga horária, etapa em que é ofertada, ementa e bibliografia.

Em relação à denominação, os autores identificaram um total de 128 nomenclaturas, sendo Política Educacional a mais utilizada. Fatores como o quadro docente da instituição e a tradição em Pesquisa e Pós-Graduação interferem na denominação da disciplina. De acordo com os autores, o “[...] número elevado de designações empregadas indica certa dispersão do campo, mas os termos ‘Política Educacional’ ou ‘Políticas Educacionais’ e ainda ‘Política e Gestão da Educação’ são termos mais comumente utilizados para referir-se a esse campo” (STREMEL; MAINARDES, 2015a, p. 144).

Com relação à carga horária, é comum a disciplina possuir 60 horas/aula. Algumas instituições têm por característica disponibilizar uma carga horária maior à disciplina, ofertando-a em dois períodos distintos do curso, possibilitando ampliar os conteúdos relacionados à política educacional. Nesse sentido, os autores também destacam que a disciplina, na maioria das instituições, é ofertada nos dois primeiros anos do curso de Pedagogia (STREMEL; MAINARDES, 2015a).

O trabalho de análise da disciplina Política Educacional, elaborado por Stremel e Mainardes (2015a), possibilita, ainda que de forma aproximada, definir o perfil da disciplina Política Educacional no curso de Pedagogia e licenciaturas que a ofertam: uma disciplina ofertada nos primeiros anos de curso, com 60 horas/aula e que, por meio da rica bibliografia disponibilizada, procura abordar os conteúdos relacionados à organização da Educação nacional, os documentos legais, bem como as relações com o contexto socioeconômico e político que influenciam na Educação brasileira.

Visacovsky (2015) considera que o ensino da Política Educacional deva estar relacionado aos conhecimentos da Sociologia, História, Filosofia, etc. A autora considera o campo da Política como indissociável de outras áreas de conhecimento e que o seu ensino interdisciplinar, fluido e

contínuo torna possível a realização de uma análise mais completa da realidade da educação em sua dimensão política.

Giovine (2016), a fim de observar continuidades e rupturas políticas e epistemológicas, no processo de ensino da Política Educacional, analisa os programas de ensino nas carreiras de Ciências da Educação de universidades nacionais argentinas desde a década de 1980. De acordo com a autora, a análise dos documentos curriculares possibilita localizar a presença de diferentes epistemologias e metodologias de ensino dos estudantes para a realização de análises das políticas educacionais. Como resultado e alicerçada nos estudos de Stephen Ball, a autora considera a necessidade de um processo de ensino com mais aprofundamento nas articulações teóricas e metodológicas, esclarecendo e oportunizando a apreensão das questões ontológicas, epistemológicas no processo de análise das políticas educacionais. A inexistência desse processo, de acordo com a autora, está alinhada ao caráter jurídico-institucional apontado pelos estudos de Cesar Tello, o qual considera que as indefinições no campo da Política Educacional ocasionam sua fraqueza teórica. Assim, como também aponta Miranda (2016), esse processo de questionamento e análise das políticas educacionais, a partir de reflexões epistemológicas consolidadas, possibilita desvelar os discursos construídos e desnaturalizar as práticas vigentes, isentando a pesquisa em Política Educacional de um caráter utilitarista e pragmático.

Pesquisas como as de Rosa (2016) e Perão e Lima (2017a, 2017b) possibilitam apreender as características históricas de institucionalização das disciplinas Política Educacional e correlatas nos cursos de Graduação e que tem como foco a formação de docente. Rosa (2016), em sua análise sobre a disciplina Política Educacional, destaca que a disciplina tem sua institucionalização no curso de Pedagogia, a partir da democratização da sociedade brasileira, a qual aborda aspectos de uma formação crítica. O autor ainda destaca que, nos demais cursos de licenciatura da instituição analisada, os conteúdos relacionados à Política Educacional são desenvolvidos em disciplinas correlatas e que, embora contemplem tópicos do campo, as disciplinas trazem, em suas nomenclaturas, marcas do período jurídico-normativo característico do momento ditatorial brasileiro.

Moreira e Iulianelli (2017) avaliam o ensino da política educacional como componente curricular dos cursos de Pedagogia em seis instituições de ensino do estado do Rio de Janeiro. A partir da análise das ementas das disciplinas, os autores explicitam que o ensino dos conteúdos relacionados à política educacional, em muitos casos contempladas como disciplina optativa e nos anos finais dos cursos, tem baixa relevância e está alinhado ao caráter jurídico-normativo. De caráter informativo e distando de uma concepção formativa, o ensino dos conteúdos nos cursos analisados desconsidera o papel do professor como sujeito político e sua influência nas políticas públicas para a educação e caracteriza-se como um ensino que foge da realidade para a qual os docentes em formação irão atuar.

Visão dos discentes sobre a disciplina

Cristofoli (2015, p. 11), ao analisar o ensino da política educacional, aponta que o estudo da legislação é visto como um ponto positivo pelos docentes em formação, pois, considerando o contexto histórico, permite “[...] aprender a pesquisar e/ou compreender o conteúdo de um documento legal e demais documentos que norteiam a educação brasileira”.

Em sua pesquisa, Mendes (2015) apresenta a posição dos alunos com relação ao nível de interesse pelas questões políticas, o envolvimento político dos alunos durante sua formação e, na visão deles, qual a importância da disciplina no seu processo de formação docente. A autora destaca que os alunos consideram a disciplina como espaço relevante de aproximação das questões legais da educação, a atuação e a relação do Estado com a Sociedade.

Na mesma direção, Más Rocha, Lizzio e Giménez (2017), a partir da proposta de ensino da disciplina Política e legislação da educação nos cursos de Graduação da Universidade Nacional de San Martín (Argentina), apontam as dificuldades apresentadas pelos alunos no processo de elaboração de conhecimentos relacionados às estratégias pedagógicas ligadas à Política Educacional. De acordo com as autoras, os discentes têm dificuldade em diferenciar as escalas de análise, apreender as especificidades e relacionar a atuação das esferas de ação das políticas (estatais, institucionais e estudantis) desconsiderando, também, os constructos sócio-históricos e educacionais. Consideram que, para a superação de tais dificuldades, faz-se necessária a reflexão conjunta sobre a prática docente, reconhecendo e respeitando os objetos de estudo que se colocam no campo, cuja perspectiva de ensino e formação possibilite a transformação da realidade.

Mendes (2018) buscou dar voz aos discentes dos cursos de licenciatura de uma instituição pública federal de ensino superior brasileira, com a finalidade de apreender a visão dos alunos em relação à disciplina Educação Brasileira e Organização das Políticas Públicas. De acordo com a autora, os discentes consideraram a disciplina como primeiro espaço de debate sobre as questões políticas pertinentes à sua formação, espaço inexistente ao longo de sua trajetória escolar. Interessados nos conteúdos e na dinâmica proposta pela disciplina, os discentes julgaram que a análise das questões legais é melhor assimilada, já os conteúdos relacionados ao Financiamento educacional como mais difíceis. Ainda, os discentes apontaram a importância da disciplina para a sua formação, pois os conteúdos lecionados são essenciais para compreender como o Estado atua na promoção de políticas públicas para a educação, apreendendo de forma crítica a realidade e as possibilidades de intervenção.

Análise e reflexão sobre o processo de ensino

A necessidade do processo investigativo das práticas educacionais pelos próprios professores que as exercem é destaque na pesquisa de Bonals, Arens e Trujillo (2015). Os autores salientam a necessidade de colocar os processos de formação de professores no domínio da investigação sobre a política de educação, uma vez que apenas a partir de uma análise aprofundada das políticas que definem seu trabalho é possível construir as mudanças necessárias para a transformação das práticas pedagógicas.

Nesse sentido, considerando a importância de apreciação dos pressupostos epistemológicos que orientam o ensino da Política Educacional nos cursos de formação docente, Pronko (2015, 2016), a partir da sua experiência como docente de instituições públicas argentinas e brasileiras, da análise dos trabalhos de conclusão de curso dos discentes, discute o uso do materialismo histórico dialético como referencial de pesquisa. De acordo com a autora, constata-se a superficialidade no conhecimento da perspectiva teórico-metodológica, levando os alunos a considerarem as políticas como resultado de estudos de grandes teóricos, desconsiderarem a ação humana como agente político e transformador da realidade e, ainda, entenderem a educação como esfera isolada da realidade, autônoma e isenta das ações do Estado. Tais imprecisões, de acordo com a autora, justifica-se entre outros fatores, pela má formação na Educação Básica, baixa qualidade da escrita e do mal aproveitamento das leituras.

Ferrada Villena e del Pino (2018), ao analisarem a formação no contexto chileno, destacam que os processos de ensino dos conteúdos da política educacional mantêm um aspecto modelador, tecnocrático e conservador, estando explícita a dissonância entre a formação exercida e as necessidades apresentadas pela realidade. Dessa forma, faz-se necessária uma abordagem de ensino que acompanhe a realidade educacional do contexto de atuação do professor, adotando a inclusão de concepções de análise das políticas educacionais que possibilitem a criticidade e a reflexão do processo educativo e das políticas para educação.

Em sua pesquisa, Guimarães-Iosif, Limeira e Santos (2018) dão ênfase na importância da disciplina específica para o ensino da política educacional e no perfil do docente responsável pela condução da disciplina. As autoras apontam que o ensino da disciplina nos cursos de formação inicial de docente possibilita romper com a ausência de criticidade em relação às políticas implementadas, bem como com o senso comum sobre a atuação docente, de forma a possibilitar uma visão abrangente das políticas educacionais e correlacionar os contextos micro, meso e macro da educação. Para que o ensino contemple a formação crítica, é necessário que o docente tenha uma formação adequada e que possibilite associar o conhecimento da Política com as demais áreas da educação, utilizando de metodologias que tornem os conteúdos acessíveis e afastando-se da concepção jurídico normativa que distancia os discentes das disciplinas.

Mancebo (2017) descreve a situação do ensino da Política Educacional no contexto dos cursos de Graduação e Pós-Graduação no Uruguai. Considerada escassa e restrita à capital Montevideo, a autora destaca o caráter técnico, genérico, promovendo o ensino de conteúdos limitados ao campo de estudo, ocasionados pelo lento desenvolvimento acadêmico na área educacional acarretados pelas implicações da ditadura enfrentada pelo país.

Ainda em relação a essa categoria, devemos destacar que há manuais (livros didáticos) para o Ensino de Política Educacional (MARTINS, 1993; AZEVEDO, 1997; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000; VIERA; ALBUQUERQUE, 2001; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2003; VIEIRA; FARIAS, 2007; NEY, 2008; KFOURI, 2009; VIEIRA, 2009; BRUEL, 2010; SOUZA; GOUVEIA; TAVARES, 2011; SANTOS, 2012; CARVALHO, 2012; ESQUISANI, 2017; entre outros), os quais ainda necessitam ser objeto de pesquisas futuras.

Aspectos das pesquisas sobre a disciplina

Mainardes, Stremel e Rosa (2017), a partir das considerações históricas sobre a disciplina Política Educacional no Brasil, situam as pesquisas sobre a temática. Ao considerarem a atualidade das análises e do interesse recente no desenvolvimento de pesquisas sobre a disciplina, os autores apontam a riqueza e a necessidade de ampliação dos aspectos a serem levados em conta, dentre eles o perfil dos docentes que lecionam a disciplina, bem como dos materiais didáticos utilizados. Os autores destacam, ainda, a necessidade de direcionar o foco para a análise da disciplina no âmbito da Pós-Graduação, de maneira a ampliar o desenvolvimento do campo teórico.

Estudo teórico e epistemológico

Rosa (2019), ao considerar o contexto de uma instituição pública estadual de ensino superior brasileira, analisa as disciplinas Estrutura e Funcionamento do Ensino e Política Educacional em 13 cursos de licenciatura desde o seu processo de institucionalização (1970) até o ano de 2018. A partir de uma análise documental (currículo formal dos cursos, programas das disciplinas e ementas) e alicerçado na teoria gramsciana, o autor buscou apreender como e se os componentes curriculares correspondem ao atual objeto de estudo do campo de pesquisa da Política Educacional (a atuação ou não do Estado na promoção de políticas públicas educacionais) como se evidencia o movimento dialético do caráter jurídico-normativo e restrito para o caráter amplo e crítico de compreensão do contexto social, político e econômico que influencia a Educação brasileira nas disciplinas estudadas e se as disciplinas promovem a disseminação e o fortalecimento da hegemonia burguesa na formação docente ou se proporcionam a construção de uma nova hegemonia.

Em seus resultados, o autor aponta a constante influência das transformações no contexto da sociedade brasileira, na elaboração curricular da disciplina. Apreende que o currículo formal das disciplinas segue os pressupostos determinados pelos governos em exercício, agindo e determinando um processo formativo para a manutenção e a disseminação da hegemonia dominante. Entretanto, o autor pondera que essa compreensão se limita ao caráter formal do currículo, ao documento prescrito pela universidade e que não é possível, no limite da pesquisa, determinar se a atuação do professor e sua autonomia em sala de aula seguem a prescrição. Nesse sentido, o autor aponta as disciplinas como espaço importante para a promoção de uma formação crítica e de análise do real, da apreensão do objeto que se coloca no campo da Política Educacional, bem como das possibilidades de construção de uma nova hegemonia que venha a romper com a hegemonia capitalista.

Considerações finais

Este artigo colocou em destaque a diversidade das pesquisas que têm como foco a análise da disciplina Política Educacional e correlatas. Ao determinarmos a necessidade deste estudo, consideramos a importância em destacar que os conteúdos do ensino da Política Educacional vêm sendo foco de análise desde a gênese da disciplina, oriunda dos componentes curriculares da área de Estrutura e Funcionamento do Ensino.

Não obstante, apesar da gama de 34 trabalhos identificados, cabe destacarmos que a temática, assim como o campo de pesquisa em questão, ainda é recente. Ao categorizarmos as pesquisas, apreendemos que, em sua maioria (14 trabalhos), as análises buscaram caracterizar a estrutura da disciplina e que poucos trabalhos consideraram os aspectos teórico epistemológicos do ensino da disciplina (um trabalho). Para além disso, destacamos a importância das pesquisas que proporcionaram reconhecer o posicionamento dos discentes, os quais apontam a importância da disciplina para a sua formação. Também, cabe salientarmos os estudos que enfatizam a disciplina como importante espaço de formação para os novos pesquisadores no Campo da Política, apontando as dificuldades e necessidades de reconstrução contínua, de forma a enriquecer, principalmente, os constructos teóricos e epistemológicos para análise das políticas educacionais.

Todavia, percebemos que a profusão das pesquisas sobre a disciplina acompanha o surgimento da ReLePe e, especificamente, a promoção do *I Encuentro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa*, a criação da Biblioteca Temática da Rede e da organização do eixo *Enseñanza de la Política Educativa y Formación de Investigadores del campo*, espaço facilitador de pesquisa e resultado de fontes.

Destacamos a necessidade de aprofundamento e de ampliação nas pesquisas que abordem as questões teórico-metodológicas e epistemológicas para o ensino da Política Educacional. Além disso, pesquisas que possibilitem a promoção de constructos didáticos e de facilitação para assimilação dos discentes, para que estes se sintam atraídos pelo estudo das temáticas da disciplina. Ainda, são necessárias análises que destaquem o perfil docente, de modo a identificar e contribuir de forma crítica para a consolidação do campo de pesquisa. Que este trabalho possa servir de norte para novas análises em relação à disciplina Política Educacional!

Referências

- AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.
- BONALS, L. P.; ARENS, A. G. L.; TRUJILO, A. R. P. La política educativa: un componente necesario en la formación de docentes que investigan sobre su práctica. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos-SP: UNIFESP, 2015. p. 1-21.
- BRUEL, A. L. de O. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2010.
- CARVALHO, E. J. G. de. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2012.
- COSTA, A. de C.; MURANAKA, M. A. S.; BORGHI, R. F. A contribuição da disciplina PEB à formação de professores do ensino básico: estudo do caso das licenciaturas em uma Universidade Estadual. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos-SP. **Anais** [...]. Guarulhos-SP: UNIFESP, 2015. p. 1-24.
- CRISTOFOLI, M. S. O estudo da política educacional como componente curricular dos cursos de formação de professores nas universidades públicas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2015.
- CURY, C. R. J. **Legislação educacional brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ESQUISANI, R. S. S. **Políticas, estrutura e gestão da educação básica: conteúdos para a formação de professores**. Passo Fundo: UPF Editora, 2017.
- FERRADA, D.; VILLENA, A.; DEL PINO, M. ¿Hay que formar a los docentes en políticas educativas? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 254-279, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053144740>
- FLACH, S.; MASSON, G. A disciplina de Política Educacional em cursos de formação de professores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 15, n. 33, p. 181-199, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v16i33.2850>
- FLACH, S.; MASSON, G. A disciplina de Política Educacional em cursos de formação de professores. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos-SP. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015a. p. 1-18.
- FURTADO, B. C. **Estrutura e Funcionamento do Ensino: a construção do saber em questão**. 1994. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.
- GIOVINE, R. El oficio de enseñar política educativa: desplazamientos políticos y epistemológicos en los programas de formación docente universitaria en Argentina. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 451-476, jul./dez. 2016.

GOROSTIAGA, J. M. La formación de investigadores en el campo de la política educativa: una mirada regional. **Revista de la Educación Superior**, Cidade do México, v. 46, n. 183, p. 37-45, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resu.2017.06.001>

GUIMARÃES-IOSIF, R. G.; LIMEIRA, L. C.; SANTOS, A. V. dos. O ensino de Política e Gestão Educacional nos cursos de licenciatura. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 85-106, jan./abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i1.0005>

KFOURI, S. F. **Políticas educacionais: estruturas e sistemas**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

KRUM, M. C. **Importância da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino nos cursos de formação de professores de terceiro grau**. 1993. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. Aspectos da formação do pesquisador em Política Educacional na Pós-Graduação no Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE CIENCIAS SOCIALES, 4., 2017, Salamanca-ES. **Anais [...]**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2017, p. 1-23.

MAINARDES, J. STREMEL, S. Aspectos da formação do pesquisador para o campo da Política Educacional na pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-20, abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302019203826>

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; ROSA, G. L. R. A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 287-307, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol33n22017.71495>

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; SOARES, S. T. Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em Política Educacional no Brasil: mapeamento e reflexões. **Movimento - Revista de Educação**, Niterói, v. 5, n. 8, p. 43-74, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v5i8.447>

MANCEBO, M. E. La enseñanza de Política Educativa en Uruguay: ¿acumulación incipiente o rezago? **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-15, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.2.014>

MARCOS, D. L. S. **A formação do professor no centro debate: as trilhas e tramas da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental nos Cursos Normais**. 2000. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MARTIGNONI, L. La enseñanza de la política educativa en la formación docente el caso de la carrera de Geografía. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-13.

MARTINS, C. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MÁS ROCHA, E.; LIZZIO, G.; GIMÉNEZ, P. Leer, escribir y producir conocimiento en un programa de política educacional. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-15, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.2.004>

MAZZA, D. Notas acerca da disciplina “Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira”. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, n. 2, p. 26-29, 1994.

MENDES, D. L. L. L. **Estrutura e Funcionamento do Ensino e a Gestão Educacional: avaliação de disciplinas em cursos de Pedagogia e Licenciaturas na Universidade Federal do Ceará**. 2011. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MENDES, V. O estudo da política educacional nos cursos de licenciatura de uma instituição federal de ensino superior. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1, 2015, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-21.

MENDES, V. O interesse pelo estudo da Política Educacional no processo de formação do professor. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-17, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.3.012>

MIRANDA, E. ¿Investigadores y/o técnicos en política educativa? El dilema de origen. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 430-450, jul./dez. 2016.

MOREIRA, L. P.; IULIANELLI, J. A. S. Formação docente e ensino de política educacional em instituições de educação superior do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 854-873, out/dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500857>

NEY, A. **Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: WAK, 2008.

OLIVEIRA, M. N. Estrutura e Funcionamento do Ensino: a trajetória de uma disciplina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 325-326.

OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Considerações sobre o papel da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino na formação de professores. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 8., 1996, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 1996. p. 322.

PERÃO, G. M. M.; LIMA, M. F. A disciplina de Política Educacional em cursos de Pedagogia: um estudo preliminar. In: EDUCERE, 13., Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC/PR, 2017a. p. 1169-1183.

PERÃO, G. M. M.; LIMA, M. F. A disciplina de Política Educacional nos cursos de Pedagogia: um estudo preliminar. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-14, 2017b. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/retepe.v.2.017>

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE

PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-17.

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2016.

QUIANÉ, L. M. J.; LÓPEZ, V. M. S. El estudio de la política educativa en la maestría em educación básica de la universidad pedagógica nacional-México: un relato reflexivo y crítico desde sus orígenes, diseño y operación. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-19.

ROMERO, S. A.; GARCÍA, M. G. Sentidos y desafíos de enseñar política educativa em la formación docente. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais [...]**. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-15.

ROSA, G. L. R. **A disciplina política educacional no Curso de Pedagogia e Licenciaturas da Universidade Estadual de Ponta Grossa**. 2016. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

ROSA, G. L. R. **Estrutura e funcionamento do Ensino e Política Educacional: análise do espaço das disciplinas na Universidade Estadual de Ponta Grossa e suas relações com o objeto de estudo da Política Educacional**. 2019. 284 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SANTOS, P. S. M. B. dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, E. O. dos.; DUBOCK, M. J. O.; SANTOS, S. M. M. Formação do professor (a): contribuições da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino - relação entre universidade e escola básica, uma experiência na rede pública da microrregião de Feira de Santana Bahia. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL POR LA UNIDAD DE LOS EDUCADORES, 7., 1999, Havana. **Anais [...]**. Havana: Palacio de Convenciones de La Habana, 1999. p. 1-9.

SAVIANI, D. Análise crítica da organização escolar brasileira por meio das leis no 5.540/68 e 5.692/71. In: SAVIANI, D. (org.). **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1980. p. 133-155.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, A. R. de; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. (Orgs.). **Políticas educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, 2011.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A disciplina Política Educacional em Cursos de Pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, p. 137-155, 2015a. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.41885>

STREMEL, S.; MAINARDES, J. Reflexões iniciais sobre a disciplina política educacional em cursos de pedagogia no Brasil. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015b. p. 1-25.

TELLO, C. La enseñanza de la Política Educativa y la formación de investigadores en el campo. Entre las matrices históricas y la episteme de época. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 55, p. 125-151, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.29286/rep.v24i55.2169>

VIEIRA, S. L. **Educação Básica**: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro, 2009.

VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G. M. **Política e planejamento educacional**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de. **Política educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

VISACOVSKY, N. (2015) ¿Cómo enseñar política educativa desde un bordaje interdisciplinar?. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE PROFESSORES DE POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2015, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2015. p. 1-12.

Recebido: 30/04/2019

Aceito: 20/06/2019

Publicado online: 02/07/2019

Gregory Luis Rolim Rosa

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Rose Meri Trojan

Professora aposentada da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutorado na Universidade de Salamanca. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Comparada de Políticas Educacionais - GEPEC. Vice-coordenadora do Projeto de Extensão Educação em Museus: Núcleo de Ação Educativa do MusA.
